

# EDUCAÇÃO POPULAR E A UNIVENS - A JUSTA TRAMA NA PEDAGOGIA DO TRABALHO COLETIVO

## POPULAR EDUCATION AND THE UNIVENS -THE TRUE PLOT IN THE PEDAGOGY OF THE COLLECTIVE WORK

Rosângela Pereira de Oliveira<sup>1</sup>

Ilma Ferreira Machado<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este texto descreve o entrelaçamento da educação popular com a socioeconomia por meio do trabalho coletivo. Tem como objetivo analisar de que forma o trabalho coletivo e solidário se constitui como um processo pedagógico de emancipação dos sujeitos. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, tendo como instrumentos: observação participante e entrevistas com as cooperadas da UNIVENS, que foram analisadas a partir dos saberes construídos na prática da socioeconomia e na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Os resultados apontam que os sujeitos envolvidos em um movimento de socioeconomia solidária apresentam possibilidades de transformação biófila, forjadas no trabalho e na ação consciente em processos de trabalho coletivos econômicos e solidários, os quais se opõem à matriz de desenvolvimento excludente, preconizada pelo sistema capitalista. Desta forma, trabalhadores engajados em experiências na socioeconomia, adquirem conhecimento e consciência crítica do processo de transformação que constroem e vivenciam de forma cada vez mais lúcida e autônoma.

**PALAVRAS-CHAVE:** UNIVENS, trabalho coletivo, socioeconomia solidária

**ABSTRACT:** This text describes the intertwining of popular education with socioeconomics through collective work. It aims to analyze how the collective and solidarity work is constituted as a pedagogical process of emancipation of the subjects. The methodology used was the participant research, having as instruments: participant observation and interviews with UNIVENS cooperatives, which were analyzed based on the knowledge built in the practice of socioeconomics and on

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UNEMAT. Professora de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Educadora do Campo na Escola Estadual Comunitária Rural de Colatina Colatina, Espírito Santo, Brasil. ro.oliveira.clio@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Unicamp. Professora do PPGEduc/UNEMAT, Cáceres, Mato Grosso, Brasil. ilma.ferreiramachado@gmail.com

the perspective of work as an educational principle. The results show that the subjects involved in a solidarity socioeconomy movement present possibilities of biophysical transformation, forged in the work and the conscious action in collective economic and solidarity work processes, which oppose the matrix of exclusive development, advocated by the capitalist system. In this way, workers engaged in experiences in socioeconomics, acquire knowledge and critical awareness of the process of transformation that they construct and experience in an increasingly lucid and autonomous way.

**KEYWORDS:** UNIVENS, collective work, socioeconomics

## Introdução

Este texto traz uma análise do processo de trabalho coletivo e solidário desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras da UNIVENS. E tem como objetivo analisar de que forma o trabalho coletivo e solidário se constitui como um processo pedagógico para a emancipação dos sujeitos, individual e coletivamente. Procura, também, identificar, estratégias pedagógico-formativas fecundas para o desenvolvimento do trabalho como princípio educativo nos Processos Coletivos de Trabalho Solidário (PCTS) e, ainda, dar visibilidade a práticas educativas populares que acontecem para além do espaço formal da escola.

Nestes termos, a ‘pedagogia’ do trabalho coletivo e solidário é gestada a partir de uma intencionalidade e de um aprendizado caracterizado por um contínuo e democrático ato de aprender-ensinar, constitutivo de um novo *habitus cultural* e, portanto, de uma nova cultura e de um novo modo de organizar a produção, de pensar e efetivar o trabalho, o que passa pela superação das relações de exploração do homem sobre outro homem.

O termo *Solidária* contrapõe-se à ideia de compaixão, comumente disseminada pelas ações de algumas ONGs, e à conotação religiosa ou de “doação aos pobres”, geralmente atribuída pelos meios de comunicação. A solidariedade que adjetiva a socioeconomia conjuga-se com o princípio da alteridade. É uma solidariedade com criticidade e, por isso mesmo,

[...] ela é desafiadora. É exigente, é compromissada, é histórica, é inserida politicamente, é conscientizadora. [...]. Neste sentido ela é exigente porque não cede nada a alguém que não tenha compromisso e se insira para superar limites da passividade e da alienação. A solidariedade é provocante porque é politizadora e conscientizadora. Ela é ativa porque gera participação.

É democrática porque é o exercício da cidadania. É autônoma porque nega a tutela e é geradora da renda e do trabalho que consolidam a independência dos indivíduos e dos grupos sociais [...] (ZART, 2004, p. 79).

Desta forma, a socioeconomia solidária apresenta-se como forma de ver/entender o mundo, também, de planejá-lo como outra possibilidade de matriz de desenvolvimento fundamentada na igualdade entre as pessoas.

[...] A solidariedade é um projeto social que transforma as relações, as representações, as atitudes e as estruturas que escravizam o ser humano, que gestam o “Ser menos”. A solidariedade articula o “Ser Mais”, isto é, a superação da miséria, do analfabetismo, do desemprego, da exclusão social. Ela é desafiante e põe os indivíduos em ação, sabem o sentido da ação e constroem para ela um projeto, uma transcendência (ZART, 2004, p. 79).

Na sociedade em que vivemos os desafios encontrados pelos/as trabalhadores/as para sobreviverem, são inúmeros, tais como: baixos salários recebidos, instabilidade funcional, subemprego e desemprego, humilhação e exploração por parte dos empregadores, que exigem sempre mais produtividade, sem nenhuma contrapartida para o trabalhador, etc. Quando podem, os trabalhadores se unem, então, com diferentes perspectivas, conhecimentos e intencionalidades para discutir essa situação.

Geralmente, quando chegam até o processo da Socioeconomia Solidária – SES, é com o intuito primordial de garantir o seu sustento e de seus filhos. Muitas vezes, esta busca nasce do desespero, da falta de alternativa. Os trabalhadores se organizam em alguma forma de produção, ou o fazem a partir da falência de uma fábrica – onde por muitas vezes trabalharam por uma vida - na tentativa de preservar seus postos de trabalho buscam a ajuda mútua, assumindo a massa falida destas empresas e as transformando gradativamente, sob um modo de organização autogestionária, em outra forma de inserção econômica e em uma ótica oposta ao do sistema econômico vigente. Assim, cabe explicitar que

O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a ‘economia’ da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (MÉSZÁROS, 2009, p.73).

Dessa forma, mais do que se constituir em alternativa ao desemprego, a Socioeconomia Solidária pode, também, contribuir para a explicitação de uma pedagogia própria do trabalho associativo, autogestionário e solidário. Contudo, esse processo é extremamente desafiador. Não basta que estes sujeitos permaneçam centrados apenas nas modificações em suas relações de trabalho cotidianas, haja vista que “o indivíduo não é apenas aquilo que ele próprio crê nem o que o mundo crê; é também algo mais: é parte de uma conexão em que ele desempenha um papel objetivo, supra individual, do qual não se dá conta necessariamente” (KOSIK, 2002, p. 72).

O trabalho na socioeconomia precisar ombrear-se com processos que promovam a emancipação dos sujeitos *para si e em si*. É neste sentido que a UNIVENS pode auxiliar no desvelar de um fazer social concernente com a perspectiva emancipatória; partindo da própria organização de seu labor, ela atua na sociedade, tanto diretamente na comunidade quanto para além dela, econômica, cultural e politicamente.

Esse estudo constou de uma metodologia de pesquisa participante, tendo como instrumentos a entrevista e a observação participante; as entrevistas foram realizadas com 50% dos cooperados da UNIVENS. Procuramos desenvolver uma metodologia participativa no processo da pesquisa, construindo com o grupo os instrumentos da pesquisa e dialogando sobre a temática, de modo a produzir conhecimento, coletivamente,

A UNIVENS localiza-se em Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil, e existe desde 1996, quando um grupo de mulheres entre 18 e 70 anos formaram a Cooperativa como alternativa de trabalho e renda. É a ponta da cadeia produtiva do algodão solidário JUSTA TRAMA e compõe-se de seis empreendimentos nascidos em cinco regiões do país e nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará e Rondônia. Dela participam mais de 600 trabalhadores, sendo eles agricultores, fiadores, tecedores, coletores e beneficiadores de sementes e costureiras. Os/as trabalhadores/as organizados/as que integram Processos Coletivos de Trabalho Solidário – PCTS, são também os proprietários da marca JUSTA TRAMA, a cadeia produtiva na qual, desde o plantio da semente do algodão até a venda do produto, o trabalho é realizado por cooperativas de trabalhadores organizados numa perspectiva autogestionária e sustentável; essa cadeia se completa com o incentivo ao comércio justo e o consumo solidário.

Pelas características que a UNIVENS reúne, entendemos que ela representa, em nosso foco de análise, a concretização das possibilidades pedagógicas emancipatórias dos PCTS, cientes de que “o concreto só é concreto

porque é a síntese de muitas determinações, isto é unidade do diverso” (MARX, 1987, p. 16). E é nesta direção que indagamos de que forma essa questão se manifesta no interior da UNIVENS, e pautamos a pedagogia do trabalho coletivo que se constitui na SES: modo de vida, de trabalho, política, sociedade, economia, princípio educativo, ação pedagógica constitutiva de habitus culturais (BOURDIEU, 1983) que, mesmo existindo no modo de produção dominante, se fortalece nas contradições criadas por ele, aprofunda e amplia as fendas que são frutos de sua própria contradição.

## Trabalho

Primeiramente precisamos ter em mente de qual perspectiva de trabalho falamos, onde e de que forma percebemos trabalho como categoria de análise:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza [...]. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e o qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2008, p. 211).

Trabalho, portanto, é uma especificidade humana, um elemento que nos diferencia enquanto espécie, porque somos capazes de pensar e planejar antes de executar. Porém, na história da humanidade há certos tipos de trabalho que podem remeter as pessoas a condições aviltantes, e que estão

associadas à tortura, sofrimento, ao tripalium<sup>3</sup>, a “uma atividade de pouco valor, um castigo, um desprezo, como algo desonroso, ligado à escravatura e ao sofrimento físico e mental” (SILVA, 2007, p. 18 -19). Sob essas condições, o trabalho *torna-se* algo fora do ser humano. A partir do fim do comunismo primitivo e com o surgimento da sociedade escravista onde o trabalho era considerado algo inferior, humilhante, aviltante, surge a divisão de classes: uma classe que não trabalha e se locupleta do trabalho da outra. Trabalho, então, começa a ser traduzido em forma de castigo, ideia que se aprofunda a cada transição dos modos de produção atingindo seu ápice com o capitalismo.

A partir da revolução industrial a máquina prometia a liberdade para o servo e o escravo, que poderiam usar as mãos para voar para longe de uma terra árida e sem esperança e que lhes foi dada pelo destino como berço e chão do seu nascimento. Ao assumir o trabalho manufatureiro o trabalhador, coloca-se no mercado de trabalho, onde sua força, seu corpo é sua propriedade inalienável, a qual pode comercializar com o capitalista, em troca de salário. A alienação começa então a constituir também adjetivo do trabalho. Alienação é separação, afastar o que é naturalmente próximo. Separar prática e teoria, intelecto e ação, homem e natureza; é também estar sozinho, individualizado, apartado, solitário:

No trabalho alienado o homem aliena-se em relação aos outros homens, cujas relações se antagonizam entre os que trabalham e aqueles que fazem com que os outros trabalhem, entre proprietários e não proprietários. Ao alienar-se, o homem fica privado da ‘essência genérica humana’, isolando-se cada vez mais do gênero, como se a capacidade de produção fosse uma luta individual e não respeitante a outros homens. Portanto, a alienação caracteriza-se pelo fato de os homens não perceberem a realidade como processo que constroem cotidianamente, mas sim algo exterior a eles, que os domina, pois embora a produzam concretamente, não participam de sua organização de forma consciente (MACHADO, 2003, p. 104 -105).

Opõe-se, portanto, literalmente a coletivo, que nos remete a um conjunto, a grupo. “Coletivismo se opõe a individualismo. Esta é uma conclusão, de certa forma, óbvia, mas, numa perspectiva dialética, cabe analisar a relação de contradição e complementaridade que esses aspectos encerram” (MACHADO, 2006, p. 111). Por que:

---

<sup>3</sup> Do latim, aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados.

Por consequência, o homem, por meio do trabalho alienado, não só produz a sua relação com o objeto e com o ato de produção como com homens estranhos e hostis, mas produz ainda a relação entre ele mesmo e com os outros homens. Do mesmo modo como ele cria a sua produção e o respectivo produto. Assim como aliena a própria atividade, também confere a um estranho a atividade que não lhe pertence (MARX, 2005, p. 119).

Contrapor trabalho coletivo e trabalho alienado significa pensar nas possibilidades de transformação, encontradas na força do coletivo. Desta forma, o trabalho exercido coletivamente proporciona aprendizados e reflexões muito difíceis de serem alcançadas individualmente. Os trabalhadores da SES descobrem-se a cada dia nas potencialidades desta relação. É no coletivo que encontram as soluções, no pensar e no agir.

Enfim, na obtenção do trabalho como afirmação humana, o diálogo é tomado como forma de solução de cada novo entrave. Ao mesmo tempo em que se trabalha se discute o dia a dia; o preço do pão e do leite; a criação dos filhos; o custo da produção; a capacitação para o trabalho; a questões de saneamento; do transporte público; do posto de saúde; a reivindicação através de processos como o orçamento participativo; administrando, legalizando, sempre por caminhos desconhecidos, mas perfeitamente 'aprendizáveis'; conquistando autonomia (OLIVEIRA, 2011, p. 196-197).

No caso específico da UNIVENS, isto é percebido objetivamente, em três aspectos: o protagonismo das mulheres no processo, desde a constituição da cooperativa, na gestão e na própria constituição das relações de trabalho. A potencialidade da dimensão coletiva do trabalho aparece na fala dos sujeitos, mas também quando nos aproximamos de seu cotidiano: foram todas mulheres que se organizaram para a formação da cooperativa; estas mulheres não sabiam nada de cooperativismo, autogestão, e foram organizando seu trabalho a partir da vida, é a vida que organiza o tempo e o trabalho e não o inverso. O horário de seu trabalho tem de adequar-se as necessidades, levar os filhos, acompanhar a família e, a partir daí, pensar no trabalho, conforme fica explícito na fala dessa trabalhadora:

A gente consegue se organizar para levar um filho no médico, atender a mãe, ir no médico, daí uma ajuda a outra, na produção, como uma família, uma família bem normal, por que no fim todo mundo se ajuda (Patrícia, Diário de Campo 31/05/2011).

Quando se apercebem que podem fazer seu trabalho de seu próprio jeito, pautam uma mudança nas relações sociais, adotando outra forma de gerir a economia, pensando também no desenvolvimento da comunidade e até mesmo nas relações afetivas. O que procuramos distinguir aqui como potencialidade de mudança do processo histórico em construção é que estes trabalhadores buscam soluções para o coletivo *a partir de seu trabalho coletivo*, mas não findando nele. Assim, remetemos ao aspecto educativo do trabalho para a formação dos seres humanos, uma formação antagônica àquela que visa a exploração no modo de produção vigente.

Nestes PCTS os trabalhadores também inauguram outras ações coletivas: para apropriação dos modos de produção; para a compreensão do processo produtivo em sua totalidade; para a aproximação com a comunidade; para pautar as ações do Estado. E, entrelaçadas com estas ações constroem emancipação social, que envolve um processo de constituição da individualidade para si.

[...] o indivíduo para si procurar manter uma relação mais consciente com sua própria alienação, e mudar a forma de pensar e agir no âmbito da vida individual e social, preocupando-se menos com a satisfação de necessidades particularizadas, ditadas pela vida alienada, e mais pela satisfação das necessidades de uma vida humana no plano individual e coletivo (MACHADO, 2003, p.116).

Coletiva também se torna a produção do saber, a participação na política, a partilha econômica de uma forma justa entre todos os membros da cadeia produtiva, onde a divisão do ofício não é uma divisão social. Coletiva é também a distribuição das responsabilidades, por meio da qual as conquistas se tronam ainda mais valorosas.

A distribuição de responsabilidades abarca a noção de solidariedade como preocupação com o outro, o respeito às capacidades e às necessidades de cada sujeito; implica entender que o trabalho da cooperativa e da cadeia produtiva é responsabilidade de todos e de cada um. Auxilia na percepção do que acontece na comunidade e no mundo, propicia o surgimento da alteridade e colabora para ações humanitárias e humanizadoras; beneficia a constituição de uma noção de classe, por que é a partir de seu trabalho - coletivo, que os trabalhadores da SES podem perceber-se na coletividade, na unidade da luta universal dos trabalhadores por dignidade na forma de viver, de produzir e de trabalhar. É tornar-se sujeito da história: “[...] no lugar da sociedade burguesa

antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos”. (MARX 1987, p. 46).

*Compreendemos que o trabalho destas mulheres, porque coletivo e solidário, aproxima-se da perspectiva de que ele (o trabalho) é parte da vida, condição de humanização do sujeito, e, portanto, o natural é organizá-lo a partir da vida e das prioridades que cada pessoa, com suas singularidades e generalidades. Ou, como expõe uma cooperada: ‘[...] a gente trabalha para viver, mas a gente não vive para trabalhar, né? Tem outras coisas para fazer na vida’ (EDI, DIÁRIO DE CAMPO, 31/05/2010).*

E nestas “outras coisas que temos que fazer na vida”, procuramos observar, e identificamos na UNIVENS, modificações nas atitudes socioeconômicas: incentivo ao consumo solidário, propagação de valores solidários, uma relação respeitosa com o ambiente, relações compartilhadas no e com trabalho, as relações familiares respeitadas e mais humanas. Entendemos que essas são algumas das dimensões que agregam valores e expressam as mudanças sociais em relação às perspectivas de sociedade - relações que possibilitam ao cidadão sonhar com melhores condições de vida, individual e/ou coletiva. E, haveriam modificações relacionadas às formas de consumo? De acordo com a presidente da Cooperativa, sim:

*Quando estamos trabalhando em nosso bairro, compramos na padaria do bairro, no mercado, nosso dinheiro fica aqui e esta proximidade propicia conversas com relação aos problemas daqui, do posto de saúde, da escola, do que está acontecendo com as pessoas isto não aconteceria se a gente estivesse trabalhando no centro, né? (NELSA, DIÁRIO DE CAMPO, 11/04/2011).*

O trabalho, a exemplo do que vemos na UNIVENS, adquire outras significações, mesmo que não seja imediatamente visível, e isso pode ser perceptível na intencionalidade de suas ações, forjando um “conhecimento-e-mancipação” (SANTOS, 2009, p. 29), e ações educativas gestadas no cotidiano de seu trabalho.

## **O princípio educativo do trabalho - a pedagogia do trabalho coletivo e solidário**

O termo pedagogia associa-se ao conjunto de saberes que competem à educação – fenômeno social especificamente humano. A Pedagogia como ciência teórico-prática da e para a educação (FREITAS, 1995), vinculada a uma prática social, estuda os ideais de educação e as formas de sua aplicação, e como toda ciência, não é neutra (FREIRE, 2007). O termo ‘pedagógico’ refere-se à manifestação da intencionalidade educativa que marca o ato de ensinar e aprender, caracterizado nas relações que os sujeitos estabelecem entre si e com o mundo que os cerca.

É neste âmbito que situamos a pedagogia do trabalho coletivo, que ao contrapor-se à educação bancária, elitista, meritocrática, segmentada, burguesa e alienada, ao academicismo e ao ensino livresco, bebe das fontes da educação popular, porque é do movimento da sociedade, das ações materiais e objetivas que esta pedagogia se constitui. A pedagogia do trabalho coletivo sustenta-se na articulação entre trabalho, educação e cultura, e procura aliar o conhecimento científico aos saberes empíricos dos sujeitos, de forma dialógica e participativa, construindo uma estrada de mão dupla, onde já não há um que ensine e outro que aprende, e sim as pessoas aprendendo em comunhão, mediadas pelo mundo (FREIRE, 2007) e pelo trabalho.

Pelas lentes conceptivas do Capital, os conceitos de Educação e Trabalho, são concebidos de forma isolada e fragmentada, quando deveriam ser vistos de forma associada e complementar:

Ao pensar educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão restabelecer os vínculos - tão esquecidos - entre educação e trabalho, como que afirmando: digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordina a esta dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores-, somente aí se universalizará a educação (SADER, 2008, p. 17).

O cotidiano do trabalho na SES constitui um aprendizado construído nas ações que se interrelacionam na totalidade do fazer social de seus integrantes. A formação do ser humano acontece em espaços diferentes na vida, mesmo que a escola tenha primazia no sentido da aquisição do saber historicamente construído e sistematizado. Porém, conforme Machado (2006), as concepções

---

e práticas de nossa sociedade contemporânea precisam ser revistas.

Portanto o papel da educação é soberano tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 65).

Na UNIVENS, podemos relacionar ações educativas intencionais, com relação ao meio ambiente, por exemplo, a Patrulha Ambiental, cuja ação de conscientização forjou-se do interior da cooperativa, enfrenta a situação de poluição do riacho, leva as pessoas do bairro a atravessarem a cidade e a planejarem ações conjuntas de preservação do rio para ambos os lados da margem, em cidades diferentes; isto é um processo educativo intencional. Ou ainda, a constituição dos Pontos de Cultura no bairro, a constituição da escola para atender os filhos das trabalhadoras da Cooperativa e, também, os filhos dos demais trabalhadores.

Outro exemplo significativo é a ida de uma das representantes da Cooperativa ao Uruguai falar sobre as questões de gênero, ou a outra cooperada que participa do debate nacional sobre o comércio justo. Tudo isso tem intencionalidade, e, apesar de a presidente da cooperativa muitas vezes destacar-se - talvez por ter assumido o departamento de economia solidária no Estado, talvez por que suas funções tenham uma maior visibilidade, muitas outras trabalhadoras estão atuando em várias frentes, com uma percepção objetiva de onde querem chegar, com suas ações, conforme expresso por uma das entrevistadas: “eu entendo que SES é ficar com o dinheiro para nós, para isto a gente tem de se unir, uma andorinha só não faz verão, tem de ser um bando de andorinha” (ELIANE, DIÁRIO DE CAMPO 28/06/2011).

É preciso reaprender a olhar para a sociedade, para o trabalho, a educação e também para a economia, sob outras lentes que não aquelas utilizadas pelo modo de produção dominante. Por isso, não estudamos as cooperativas que servem como amortecedores sociais às necessidades do capitalismo, vinculadas à economia do sistema hegemônico, à economia capitalista ou economia de mercado. Nossa perspectiva de análise abrange aquelas cooperativas que podem se apresentar como brechas, fendas em direção à superação deste modo de produção.

Se as experiências de trabalho se constituem como espaço/tempo não formais de produção de saberes, é preciso considerar o trabalho na sua dimensão ontológica, de formação humana, de criação e recriação do mundo. E, além, sua dimensão sociológica, tendo em conta as diversas formas como, ao longo da história da humanidade, os grupos e classes sociais se relacionam na produção da vida social. [...]. Ao refletir o reconhecimento e valorização do lugar do não formal na educação de adultos, vale pontuar que, no capitalismo, os saberes são tecidos sob relações sociais de produção em que a força do trabalho, enquanto mercadoria, encontra-se, em maior ou menor grau subsumida ao capital. No entanto, a educação de adultos pode ganhar um novo significado nos momentos históricos em que trabalhadores tomam posse ou apropriam-se dos meios de produção (NAKANO; ANCASSUERD; VILLAR, 2009, p. 157-158).

E, daqui inferimos a questão do coletivo, não apenas como simples oposição ao individualismo, mas articuladas como uma proposta de transformação societal histórica, a fim de pensarmos o trabalho como princípio educativo, com matrizes geradoras de aprendizado e da necessária construção da igualdade social. Educação, aqui, é entendida como produção e circulação do conhecimento cultural elaborado pelas práticas sociais do trabalho coletivo e solidário. Nesse contexto, situa-se a Educação Popular:

Educação popular não quer dizer exclusivamente educação da classe pobre; porém, que todas as classes da nação, que é o mesmo que o povo, sejam bem-educadas. Assim como não há nenhuma razão para que o rico se eduque, e o pobre não, que razão há para que se eduque o pobre, e o rico não? Todos são iguais (PÉRICAS, 1998, p. 84).

Referimo-nos à educação numa perspectiva emancipatória e que se manifesta pedagogicamente no cotidiano do trabalho coletivo e solidário, configurando um processo pedagógico que parte de

Um forte movimento de contraposição de relações sociais à lógica capitalista de produção tem se constituído nos últimos anos. Movimentos sociais, entidades sindicais e instituições educacionais em meio à luta por melhores condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, travam debates no campo teórico-prático sobre as relações do tipo novo que precisam ser constituídas como forma de forjar, paulatinamente, uma sociedade solidária, igualitária e justa (MACHADO, 2006, p. 109).

Eis de onde parte o argumento epistemológico de nossa análise para afirmar que existe uma pedagogicidade nas práticas dos trabalhadores *da e na* SES, pois, “enquanto o Capital está interessado em preparar um novo trabalhador, nós estamos interessados em formar um novo homem” (FREITAS, 1995, p. 127). Quando dizemos *nós*, referimo-nos ao conjunto de sujeitos que atua na mesma direção (mesmo que ainda não intencionalmente) - educadores populares progressistas, pesquisadores, trabalhadores do campo e da cidade, sujeitos em movimento capazes de convergirem na luta emancipatória e, por consequência, construir uma sociedade, diametralmente oposta aos interesses do Capital. É pela vivência do cotidiano e na busca conjunta das superações que se constroem novas formas de aprendizado, com a democratização das relações de poder, promovida também com a autogestão.

A proposta de Pedagogia Coletiva funda-se nos pressupostos da formação integral do sujeito que, ao trabalhar todas as dimensões do conhecimento e potencialidades do sujeito, busca superar tanto o academicismo, quanto o ativismo, o cientificismo, quanto o subjetivismo, procurando estabelecer uma relação de equilíbrio entre tais dimensões. O aspecto estético possibilita cultivar a sensibilidade e percepção, indispensáveis ao pleno desenvolvimento humano (MACHADO, 2006, p. 113).

E, assim o trabalho perde a concepção alienante forjada pelo capitalismo, pois quando adjetivado de coletivo e solidário, exemplifica os elementos da educação popular constitutiva de um novo *habitus* social. Enquanto a pedagogia no Capital está preparando o trabalhador para os novos padrões de exploração, a educação popular, em uma perspectiva coletiva e solidária, retoma o trabalho como princípio educativo e busca demonstrar que há possibilidades, de paulatinamente, construir um modelo societal emancipatório.

## Palavras finais

A articulação entre trabalho e educação é natural. Existe e pode ser analisada na perspectiva da preparação para a servidão, para o trabalho alienado, no Capital, ou na perspectiva de resistência e da superação da alienação e exploração. Neste sentido, cabe ter presente que:

O problema da educação não pode ser bem compreendido se não for considerado como um problema econômico e social. O erro de muitos reformadores residiu em seu método abstrata-

mente idealista, em sua doutrina exclusivamente pedagógica. Seus projetos ignoram a íntima engrenagem que há entre a economia e a educação e pretendem modificar esta sem conhecer as leis daquela. Consequentemente, não conseguiram reformar nada senão na medida em que as leis econômicas e sociais permitiram (MARIÁTEGUI, 2007, p. 65).

A articulação trabalho-educação contribui para pensar a possibilidade de outras formas de organização das forças produtivas, onde o conhecimento formal, na perspectiva da educação popular, fundamenta-se também nos alicerces da economia solidária e contribui na consolidação dessas práticas, em um processo dialético. Isso, porque associar-se na perspectiva da socioeconomia é tornar-se um coletivo. Coletivo toma uma concepção mais visceral do que simplesmente estar junto. Pensar e decidir pelo e com o coletivo, é construção da emancipação humana, que implica na liberdade política e na superação da propriedade privada e socialização/coletivização dos meios e do resultado da produção entre todos os trabalhadores. Emancipação humana que só será plena quando

[...] o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando o homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 2005, p. 37).

E este é o ponto convergente da socioeconomia e da Educação Popular, traduzido em um movimento social, econômico e político, onde a solidariedade e a ação dos sujeitos constituem processos sociais emancipatórios.

Emancipação é o contrário de dependência, submissão, alienação, opressão, dominação, falta de perspectiva. O termo caracteriza situações em que se encontra um sujeito que consegue atuar com autonomia, liberdade, auto realização etc. [...]. No século XXI, que apenas começou, a emancipação apresenta-se como objetivo mais difuso para todos os indivíduos ou grupos sociais que sofrem algum tipo de discriminação, baseada em condição social, raça, gênero. Especialmente em contexto educacional, a busca de emancipação diz respeito a pessoas que sofrem as consequências de algum tipo de desigualdade social. Essa busca se concretiza quando as pessoas conseguem

superar os obstáculos ligados à sua condição e alcançam níveis de conhecimento mais elevados, a partir dos quais poderão exercer atividades desafiadoras (em qualquer área de atuação específica) (THIOLLENT, 2006, p.161).

Portanto, emancipação torna-se, ao mesmo tempo, parte da construção pedagógica de outro marco societário fundamentado em práticas educacionais de fato populares e fruto da ação de sujeitos envolvidos neste processo. Com intencionalidade, vontade e ação real, transformando o cotidiano de suas vidas. Amadurece na ação desses sujeitos uma ação educacional com propósito emancipatório que desafia as leis de reprodução social do sistema do Capital, gera transformações sociais a partir do fato de a classe trabalhadora ter acesso à educação no sentido lato, não apenas acesso ao vigente conhecimento elitizado, mas, sobretudo, à condição de construir conhecimentos e de respeito aos seus saberes. Um mesmo conhecimento tem usos diferenciados que “dependem dos referenciais de classe, dos campos de atuação e dos meios sociais envolvidos” (THIOLLENT, 2006, p. 162-163).

Entendemos que o aspecto educativo-pedagógico do trabalho coletivo é fundamental para transmissão e internalização dos valores que superem o egoísmo, individualismo, a falta de ética, a competição, o autoritarismo etc., decorrentes dos princípios da economia de mercado. Assim como, é fundamental resgatar a centralidade do trabalho socialmente útil como princípio educativo, e do homem como sujeito, ser humano, para além dos objetivos da atividade econômica. A revolução se dará, também, nas formas de se organizar a produção, nos costumes e valores da vida em uma sociedade organizada sobre outras bases socioeconômicas e produtivas, em contraposição à sociedade capitalista.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, Luís Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e didático*. Campinas: Papirus, 1995.

JUSTA TRAMA. *Cadeia ecológica do algodão solidário*. Disponível em: <<http://www.justatrama.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 05 set. 2015.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MACHADO, Ilma Ferreira. *A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_, Ilma Ferreira. Educação solidária e formação omnilateral. In: ZART, Laudemir, *Por uma Pedagogia Coletiva* CARVALHO, Diana de; GRANDO, Beleni Salette; BITTAR, Mariluce. (Org.). *Currículo Diversidade e Formação*. Florianópolis: UFSC, 2008

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Mariátegui sobre Educação*. Seleção de textos e tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Xamã, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural.1987. (Coleção os Pensadores)

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da economia e política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, Itsván. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Itsván. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NAKANO, Marilena; ANCASSUERD, Marli Pinto; VILLAR, Maria Helena Villar e. Educação autogestionária: entre a experiência e o mito da administração científica o projeto de educação da ANTEAG. In: PIKANÇO, Iracy Silva; TIRIBA, Lia; (Orgs.) *Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária*. São Paulo: Ideias e letras, 2010.

OLIVEIRA, Rosângela Pereira de. A pedagogicidade das práticas de economia solidária em diálogo com a Educação Popular como construção da emancipação dos sujeitos: a experiência de uma cooperativa de mulheres costureiras da zona norte de Porto Alegre – UNIVENS. In: RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; RIBEIRO, Marlene. *Redes de Pesquisa: Trabalho, movimentos sociais e educação*. São Leopoldo: Instituto Itapuy, 2011.

PÉRICAS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: História, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

SADER, Emir. Prefácio. In MÉSZÁROS, Itsván. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática - Volume I. A Crítica da Razão Indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Laurenício Mendes da. *Economia Popular Solidária: os Processos Formativos Populares e a Construção de uma Nova Cultura do Trabalho*. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte, 2007.

THIOLLENT, Michel. A Inserção da Pesquisa-Ação no Contexto da Extensão Universitária In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa participante o saber da partilha*. Aparecida-SP: Idéias e Letras. 2006.

**Data de recebimento: 25.11.2016**

**Data de aceite: 29.05.2017**